



# JOÃO RUA, PROFESSOR E PESQUISADOR

Em um final de tarde na PUC-RJ, logo após mais uma de suas aulas de mestrado, o Prof. João Rua recebeu a equipe da Revista Giramundo para uma entrevista. Com experiência em diferentes segmentos de ensino no CAP-UFRJ, na UERJ e na própria PUC-RJ, entre outras instituições, João Rua igualmente diversificou muito sua produção como pesquisador, passando do Ensino de Geografia à Geografia Agrária e, depois, às questões ambientais, sem nunca deixar de lado uma visão política e reflexiva sobre os temas que abordou. Por essa versatilidade, pela personalidade extremamente comunicativa e por outras qualidades, Rua tornou-se um referencial como professor e intelectual para gerações de ex-alunos influenciados por suas práticas e ensinamentos. Registrar um pouco mais desse arcabouço teórico e prático foi um dos objetivos da entrevista, assim como o de prestar homenagem a esse professor muito querido por tantas pessoas de dentro e de fora de nosso campo de conhecimento.

**GIRAMUNDO:** Quais foram os motivos que o levaram à escolha do magistério em Geografia?

**PROF. JOÃO RUA:** Eu sempre quis ser professor de Geografia, desde que eu comecei a pensar em profissão. A Geografia veio quando fui aluno do professor Orlando Valverde, no que seria hoje o 7º ano, no Colégio Estadual Souza Aguiar. Eu tinha professores excelentes, o Orlando Valverde foi meu professor durante três anos do ensino fundamental: 7º, 8º e 9º anos de hoje. Chamava-se 2º, 3º e 4º ginasial. A forma como ele veio trabalhar a Geografia no 7º ano era tão antagônica em relação ao que eu tinha tido na série anterior, quando o professor dessa série só trabalhava com mapas, afluentes da margem direita, rios da Ásia... A gente fazia sambinha tentando memorizar eles todos... Estratégia de aluno, não é? Pra ir sobrevivendo naquela massa de informações... Eu já nem digo que é inútil, não. Depois, se vocês quiserem, a gente pode até falar um pouco mais sobre isso, acho que é importante a gente ter esse registro de coisas na memória. A gente nem fala mal da matemática pelo fato de decorar a tabuada. A tabuada para a Geografia representa alguns elementos. É impossível sair da escola básica sem ter alguns referenciais de países, capitais, estados brasileiros. Mas não pode ser só isso o ensino da Geografia, como foi pra mim no que corresponderia ao 6º ano.

O professor Orlando Valverde veio, no 7º ano, questionando “qual era a lógica espacial da fundação de Brasília no Planalto Central”, isso um ano antes da inauguração de Brasília. Toda a sociedade só discutia isso. “Por que tirar a capital do Rio? Por que Brasília? Por que lá tão longe? Por que não mais próximo do litoral? Que história é essa de defesa?”... As coisas que se discutiam nos meios de comunicação da época eram muito relacionadas a essa mudança, particularmente aqui no Rio de Janeiro onde eu sempre vivi. Então, ali, ele trazendo aquele mapa e fazendo equipes na turma, cada equipe fazia levantamentos, planos do governo para demonstrar fatores locais melhores para que Brasília fosse construída como cidade naquele local e não em outros, mobilizou-

nos vários meses. E foi um registro que tenho até hoje desse exercício. Ali eu decidi que eu haveria de ser professor de Geografia, trabalhando com uma coisa que não fosse apenas fazer sambinha, decorando todos os rios da Ásia.

**GIRAMUNDO:** Conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional, os lugares onde trabalhou e os profissionais que mais lhe influenciaram.

**PROF. JOÃO RUA:** Eu entrei em 1965 na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, na época chamava-se Faculdade Nacional de Filosofia, onde hoje funciona a Casa Itália, na Avenida Antônio Carlos. No final do primeiro ano, eu fui chamado para estagiar no IBGE. Tenho que dizer que eu tive duas trajetórias paralelas. A primeira foi um curso com professores excelentes: Maria do Carmo Galvão, Bertha Becker, Alfredo José Porto Domingues, Maria Therezinha de Segadas Soares, e outros mais; e no IBGE, o professor Roberto Lobato Corrêa, com quem eu fui estagiar no setor de Geografia Urbana. Fiquei lá seis anos. Me formei e continuei mais dois anos. Foi muito interessante porque, além da referência do Professor Orlando Valverde que eu tinha antes, como professor, eu passei a ter referência de professores de Ensino Superior, principalmente valorizando o trabalho de campo, não numa maneira empírica vazia, mas uma empiria pensada, um concreto pensado, como diria Kosik, que nos levava a campo, com muito preparo antes (e fazíamos longos trabalhos de campo na época). Por conta disso, Maria do Carmo Corrêa Galvão passou a ser para mim uma referência de Ensino Superior, juntando-se a Orlando Valverde. E a terceira referência foi o professor Roberto Lobato Corrêa como pesquisador do IBGE, com quem também fiz inúmeros trabalhos de campo pelo Brasil afora, e que me estimulou desde o primeiro ano a escrever.

Os três referenciais me acompanham até hoje. “Como atuar como professor”, e eu lembro da Maria do Carmo e do Orlando. “A realização de trabalho de campo”, eu me lembro da Maria do Carmo. Eu sempre fui muito exigente no campo,

com horários, com todo dia à noite fechando com os alunos o que foi visto ao longo do dia, discutindo as informações, construindo algumas ideias que ficassem daquela experiência, tal como ela havia me ensinado fazer. Acho que essas três referências foram minha base, e depois fui agregando outras.

Me formei em final de 1968, em plena ditadura. Não pude ter formatura e, em março de 1969, eu comecei a trabalhar na UFRJ, no Colégio de Aplicação, como professor de Prática de Ensino de Geografia e de Estágio Supervisionado. Lá eu fiquei 26 anos, trabalhando com formação de professores, que acho que foi a coisa que mais me realizou nesse período de vida. Logo depois, em outubro de 1971, eu comecei na PUC. Em 1974, eu comecei no Estado, no supletivo à noite, onde fiquei dezoito anos. Então, em 1974, eu tinha três inserções, três experiências que foram também moldadoras da minha vida profissional. A de formação de professores, que me obrigava a ficar em diálogo permanente com o que se estava vendo em geografia, na UFRJ, com a Faculdade de Educação e com a experiência no CAP. A de professor do supletivo da rede pública do Estado à noite, um público onde eu tive de aprender, antes ainda de ter fundamentação teórica para isso, a trazer a experiência dos alunos para dentro da sala de aula. Foi pela prática que eu aprendi, depois é que eu fui encontrar Paulo Freire, Gadotti, mais um monte de gente. Mas em muitos momentos eu tentei chegar a eles com a Geografia que eu tinha aprendido e fui vendo: “não tem nada a ver com eles...”. “Ah, aí, isso eu vou levar, eu vou ser aplaudido, porque é o tema deles, todos são migrantes... Fazer um estudo de migrações com questionários...” Fracasso total! Um dia uma aluna me disse: “Professor, para de insistir com isso, a gente quer esquecer isso. Vou ficar lembrando?”. Como é que pode? Que falta de sensibilidade. A gente não tem... Como é que eu iria saber? E aí eu fui aprendendo a levar para dentro de sala de aula temas que tivessem a ver com a vida deles, mas que acontecem dentro de rótulos gerais do programa que eu era obrigado a seguir. Havia aquelas diretrizes e havia os programas. Então, o

segredo, digamos assim, o que eu fui encontrando para poder fazer face a essa dupla exigência, que era chegar ao mundo dos alunos, e que era também trazer o mundo deles pra dentro da escola (ao mesmo tempo dar conta da exigência formal do planejamento, sem sentir preso a ele), foi criar títulos mais gerais onde eu pudesse encaixar as minhas experiências do cotidiano na sala de aula, sem mascarar nada, sendo honesto comigo e com o planejamento.

Em janeiro de 1993, eu me inscrevi no concurso para ser professor da UERJ. Eu saí do Colégio de Aplicação da UFRJ, onde fiquei 26 anos, lidando com professores. Metade do Departamento de Geografia tinha sido meu professor e a outra metade era meu aluno, ou tinha sido. Enfim, era uma simbiose muito boa. Mas eu, quando chegou esse final de 1993, comecei a fazer um balanço em cima dessa experiência, da qual resultou o livro “Para ensinar Geografia”. Montei o livro todo e pedi apoio a outros colegas que ajudaram muito – à Regina Petrus, na época, Petrus Tannuri, Fernando Waskiavicus e Helion Póvoa Neto. O livro estava basicamente montado, cada um deles tendo colaborado com algum capítulo que eu estava mais inseguro, ou que eles sugeriram que complementariam. Esse livro, para mim, fechou aquele ciclo de formação de professores. Achei eu, pelo menos. Na verdade, na minha vida inteira o que eu fiz foi isso, continuando a dar aula... Isso não para, mas eu achei. Naquele momento achei: “bom, chega!”. Formalmente encerrou, vamos botar a experiência no livro. Isso foi feito, tanto em escola supletivo quanto no Colégio de Aplicação, quanto na PUC. Mas quando eu fui para a UERJ, em março de 93, continuando na PUC, tendo saído do CAP e do Estado à noite, fiquei só na PUC e na UERJ. Em 2006 eu saí da UERJ e, desde então, tenho trabalhado só na PUC.

**GIRAMUNDO:** Qual a sua opinião acerca da nossa formação? Você defende a formação do profissional de Geografia ou aposta em uma formação separada entre licenciatura e bacharelado?

**PROF. JOÃO RUA:** Eu sempre tive a preocupação de ver a formação profissional professor/geógrafo como uma formação que eu vejo como integral, em que o professor nunca pode deixar de ser pesquisador. Tem de sempre pesquisar. Não é somente estudar pra caramba, mas fazer pesquisa mesmo, pesquisa didática, de técnicas de melhor dialogar com os alunos, e de conteúdos mais adequados a cada série com a qual vai lidar. E quem vai trabalhar no mercado como geógrafo, mostrar a ele que ele também vai ser professor nos lugares onde ele for trabalhar. Quando for expor ideias, for defender uma proposta, ele estará também usando não só as técnicas, mas o conteúdo que ele recebeu nas aulas de didática ou de formação de professor, caso ele tenha feito as duas formações integradas, o que eu sempre defendi e continuarei defendendo. Acho que é fundamental, sem querer me contrapor a propostas de MEC, que eu sei que está cada vez mais separando as formações em cursos autônomos. Acho que uma coisa é você ter dois cursos para quem deseje essa formação separada, outra coisa é você apostar que a formação separada é melhor. Eu acho que não é melhor. A minha posição é que a formação integral constituiria, e para mim ainda constitui, a base estruturante do trabalho, tanto daquele que vai ser geógrafo-professor, quanto daquele que vai ser geógrafo profissional no mercado.

A minha dissertação de mestrado, de 1992, trata sobre isso. Eu penso o seguinte: nós não podemos pensar a formação, do geógrafo-professor ou do geógrafo profissional de pesquisa aplicada, independente das demandas da sociedade, mas não apenas restrita ao mercado. Quero ampliar mais esta discussão.

O mercado pode induzir que eu deva ter uma formação focada para determinada linha, em que a trajetória já foi priorizando uma concepção de planejamento centralizado, já foi relações sociedade-natureza e agora é mais a análise ambiental. A gente estaria sempre correndo atrás do que o mercado diz e estaríamos sempre atrasados em relação a ele.

Ao fazer um planejamento de um curso,

a gente tem que pensá-lo pelo menos em médio prazo. Até porque só pode ser mexido depois de vários anos de experiência, com alunos formados naquele currículo. Depois, quando a gente for chegar ao final daquela turma que se formou numa perspectiva de mercado em planejamento centralizado, ele já pode ter caído em desuso. Foi o que aconteceu com geógrafos nas décadas de 1980 e 1990. Se eu hoje for focar somente na análise e avaliação ambiental, o que me garante que, daqui a cinco anos ou dez anos, essa ainda seja a questão norteadora dos debates profissionais da nossa área? De repente pode ser outra coisa. Eu acho que “nem tanto ao mar e nem tanto à terra”. A gente deve pensar nos currículos o mais integradamente possível e fugir um pouco desse imediatismo.

**GIRAMUNDO:** Entre outros temas específicos você abordou, em sua dissertação de mestrado, diversas dificuldades encontradas pelo professor de Geografia. Ao falar em vivências no ambiente escolar, da relação professor-aluno, é muito válido voltar a esse tema...

**PROF. JOÃO RUA:** Também há uma coisa que em algum momento eu chamei de “legitimação social da Geografia”, uma disciplina escolar que ainda hoje tem pouca legitimidade social. Com esforços de vários geógrafos, principalmente o Milton Santos, a Geografia foi mais difundida como uma disciplina séria, necessária no âmbito da sociedade como um todo. Mas ainda falta muito, porque a força dessa legitimidade não se traduziu numa força política, não só nos currículos escolares, mas principalmente na demanda por conteúdos geográficos, até porque talvez nós geógrafos não tenhamos dado a devida atenção a essa dimensão, que eu já em 1992 trabalhei um pouco, num caminho meio tortuoso, digamos assim, quando eu falava da proletarização do professor. A proletarização percebida de várias maneiras. Percebida pela perda de status social, dos professores em geral e dos de Geografia em particular, depois que a Geografia passou pelo abatimento dos estudos sociais durante a

ditadura. Uma desqualificação durante muito tempo... A gente pensa que marcou pouco, mas marcou muito mais do que a gente acha, analisa ou analisou. Não havia uma relação estreita entre professores de Geografia, de qualquer nível, e a sociedade, para mostrar “olha, o que a gente faz é legal”. A Geografia teria de ter sido percebida (e a gente negligenciou um pouco essa dimensão) como uma disciplina que, ao estudar o espaço, estuda uma condição para a reprodução humana e ao mesmo tempo uma resultante dessa reprodução. E essa espacialização da sociedade, do indivíduo e do coletivo da sociedade, não apenas um conjunto de indivíduos, mas também um conjunto de coletividades, tem espacializações diversas, espacializações que às vezes são desiguais na sua natureza dentro do capitalismo, mas que permitem espaços diferenciados da inserção de resistência, de consciência espacial, de percepção das subjetividades do espaço para cada um dos alunos da gente...

Volto àquela minha fala inicial: trazer a vida para dentro da sala de aula, seja no Ensino Fundamental, seja no Médio, seja na universidade. A vida de cada um de nossos alunos é uma vida de espacialidades muito diferenciadas, espacialidades que têm suas vivências. O vivido daqueles alunos é muito particular. Alguns percebem contradições na sua vida, no seu modo de viver espacialmente a sociedade, e outros não percebem. Acho que o papel do professor na escola é despertar essa consciência.

Eu sempre fui, antes de mais nada, gramsciano, no sentido de me sentir um intelectual orgânico capaz de trabalhar com os meus alunos a dimensão pedagógica mais integrada ao ato político de ensinar. Na escolha das temáticas, na forma de organizar o trabalho, na valorização do trabalho construído dentro da sala de aula, brigando muito em muitas mesas redondas para mostrar que a gente constrói conhecimento na escola sim, toda vez que foge do livro didático, toda vez que foge da memorização, toda vez que foge daquilo que está estabelecido. Para um menino do 6º ano, se eu chego e digo para ele assim: “latitude é... longitude é...”, não criei conhecimento nenhum.

Mas se eu construo estratégias dentro da sala de aula em que ele vá também construir a sua percepção, a sua compreensão do que é latitude, do que é longitude, e que não é aquilo que eu processo como referência, posso até colocar no quadro, mas que não seja aquilo a única forma de compreender, ou que eu não vá cobrar dele o que o livro didático diz na página 21. Eu estou criando conhecimento, sempre.

Isso eu acho que é uma máxima que a gente teria de ter para valorizar o trabalho da gente. Eu acho que é um dos caminhos para chegar à legitimação social. A gente fugir desse atrelamento aos meios que a gente tem para ensinar, usando-os, mas não nos submetendo a eles. Nos colocando como líderes de uma construção coletiva do conhecimento entre os alunos, que são os principais sujeitos. Mas nós somos um sujeito articulador daqueles conhecimentos múltiplos que vêm trazidos por eles para dentro da sala de aula...

É bonito falar isso, mas é muito difícil de fazer... Eu tenho de dar uma aula sobre “nordeste brasileiro”, e o aluno vê no Jornal Nacional que ontem à noite teve um terremoto em Sumatra que atingiu mil pessoas... Ele quer saber do terremoto. Eu nem vi Jornal Nacional porque estava trabalhando na minha terceira matrícula. Eu estou sabendo por ele, no outro dia às sete da manhã, que teve terremoto em Sumatra. Eu vou tentar dar uma resposta pra ele... Só tenho duas alternativas: vou dizer pra ele “olha, eu não sei isso porque eu não vi o Jornal Nacional ontem, mas vou procurar saber e vou conversar contigo na próxima aula”; ou então enrolar o guri, o que eu acho um pecado mortal que infelizmente muita gente vem fazendo com medo de dizer simplesmente “eu não sei” ou “não vi”, “não estou com conhecimento disso ainda”. É muito difícil a gente falar isso. A gente tem de lutar contra essa insegurança, porque numa primeira vez o aluno vai ficar “hum, ele não sabe isso”, na segunda, ele já vai perguntar contando com aquela possibilidade de eu não lhe dar uma resposta pré-pronta”, na terceira, ele já vai confiar. “Então está bem, professor, não esquece não, hein?!”. O importante é estabelecer esse diálogo

de confiança. E o diálogo de confiança parte, do meu ponto de vista, primordialmente por uma relação respeitosa entre professor e aluno, em que o professor perceba que ele tem sujeitos na frente dele que não são vazios de conhecimento. Trazer aquela experiência de conhecimento para dentro de sala de aula, em que o aluno perceba que ele não tem ali uma máquina que substitua o “google”. Você é desafiado permanentemente, como professor, pelos meios de comunicação, sejam os televisivos, sejam os da informática que estão narrando algo instantaneamente. Isso acontece comigo. Na dúvida de uma referência bibliográfica logo tem alguém mexendo no celular: “Ah, é fulano de tal...”. Eu nem li isso direito...

O professor que eu fui eu sou, eu continuo a ser, falível, como todos nós somos. Então eu continuo a lidar com a dificuldade com que todos nós lidamos, com essa velocidade da difusão da informação contra o tempo necessário para a construção de um verdadeiro conhecimento. Acho que é essa a maior dificuldade do professor em sala de aula. A velocidade, quase que instantaneidade, da difusão da informação não admite esse tempo de maturidade, esse tempo de acumulação progressiva de conhecimento, em que eu possa chegar num menino do 6º ano e dizer para ele: “meu filho, olha, território pode ser isso”. O que eu não devo dizer para ele, que é o que o livro didático faz, “território é isto”. Eu digo, “olha, neste momento vamos ficar assim, mas olha, tem muito mais coisa para falar sobre território, hein?! Vai ter uns anos e a gente ainda estará falando de território. Mas agora, neste momento, vamos deixar assim”. Ou “lugar”, que é outro dos conceitos da Geografia que são apresentados cada vez mais cedo para as crianças. Dificilmente começar por “espaço” que é o conceito mais diverso, mais difícil de compreender, que só deve ir mais para as séries terminais do Ensino Fundamental e até do Ensino Médio. Não que, se o aluno perguntar o que é espaço, eu não diga para ele, mas eu tenho que respeitar o tempo dele. E não tem de ter medo do reducionismo momentâneo. Eu não posso é ser reducionista, memorizador de uma fórmula que dê por acabado aquele processo

de construção.

**GIRAMUNDO:** A utilização das novas mídias na escola de fato tem sido muito discutida e está em meio a esses temas. Qual a sua opinião sobre o uso dessas mídias no Ensino de Geografia?

**PROF. JOÃO RUA:** Eu não vou dizer que eu sou contra o uso de mídias. Ninguém pode ser, isso é quase óbvio. Agora, o professor é que é o elemento catalisador nessa construção, embora eu insista: o sujeito da construção é o aluno, mas o professor não é apenas o mediador, ele tem que assumir mais responsabilidades. Ele é um condutor. Ele não domina o processo, não é isso. Ele conduz. Ele tem de ter um planejamento, para onde está indo, que pode contar com as mídias.

O que eu tenho de restrição às mídias é quando elas se transformam num novo livro didático. Uma coisa que eu critiquei no início dos anos 1990, quando o professor utilizava o livro didático como uma muleta. O aluno lia o livro didático, o professor dava aula pelo livro didático, os professores estudavam pelo livro didático para dar aula. Acho que infelizmente ainda é assim. E quando se incorpora a mídia na sala de aula... Por exemplo, eu vejo o data show sendo muito usado. Eu não suporto, mas também uso. Mas colocar o data show com um texto que está no livro, ou em algum livro, e que o aluno vai copiar, e que eu vou ficar quase que ditando ou repetindo ao aluno o que está ali disposto naquele slide do data show... Qual é a diferença? O quê que mudou? “Abra o livro na página 21 e vamos ler esses dois parágrafos”... Não mudou nada. Mudou a tecnologia, mas não mudou o método.

Quando se fala em modernização do ensino, seria muito a modernização tecnológica, a escola equipada com computadores, projetores ou quadros inteligentes... Acho tudo ótimo, mas tem de haver uma mudança também na forma como os conteúdos são trabalhados. Não estou criticando o trabalho de ninguém, eu sei o quanto é difícil ser professor em três, quatro, às vezes até em cinco escolas. Porém, a gente não deve ficar nessa de contabilização. Isso é muito fácil

de se fazer. É muito difícil estabelecer uma estratégia de sobrevivência econômica numa sociedade onde a legitimação social do professor é pouca. Falar disso não se traduz num salário digno. Eu não quero negligenciar essa questão. A gente tem de colocar essas coisas bem no lugar. A proletarização a que eu me referi há pouco, se traduziu numa perda de status econômico, por conta do salário, numa perda do status social por conta da desvalorização da profissão professor e num campo muito restrito dessa vivência política, já que ocorreu uma proletarização do professor que também incorporou o perfil do “proletário” na defesa de seus direitos. Mas coincidiu, essa desvalorização, também, com o desmonte do edifício fordista, keynesiano, do emprego, do trabalhador empregado, do proletário da fábrica. O desmonte de todo esse quadro referencial, que inclusive compunha um imaginário que durou até os anos 1970, pegou também o professor nesse momento de desvalorização, em que ele se “proletarizou” sem nunca ter sido efetivamente proletário, porque não era. Não era um trabalhador fabril. Não correspondia àquele imaginário do empregado de décadas anteriores, e ao mesmo tempo dificultou muito o “vestir” esse papel de educador político, agente político da educação, cientificamente falando isso. Porque eu não devo ser um panfletário, não devo fazer um discurso jornalístico. Eu tenho que trazer ciência para dentro de sala de aula. Ciência alicerçada em princípios. Princípios científicos que norteiam e devem nortear a prática da Geografia no Ensino Fundamental, Médio e Superior, como também na Geografia aplicada, nas empresas ou onde seja. Há princípios que a gente tem que seguir. Princípios que são da Geografia, e não que sejam apenas dela... “O que é o espaço?” Como trabalhar com o espaço?” Porque o espaço é importante?” “Quando é que o espaço se torna território?” “Como é que essa territorialização se dá?”. Traduzindo isso para linguagens acessíveis: “que sentido de lugar o aluno vivencia ou pode trazer para a sala de aula?”. Para mostrar aquele título já famoso, já quase que emblemático da Doreen Massey, “Sentido global de lugar”. É da

prática da vida das pessoas. Todos nós temos um sentido de lugar. Esse sentido é multiescalar. O lugar é multidimensional e o sentido de lugar é multiescalar. Então é global, é local, enfim, atravessa todas as escalas, dentro da sala de aula.

**GIRAMUNDO:** Ao tratar de princípios da Ciência Geográfica e que não são exclusivamente dela, há uma questão a ser retomada. Durante a década de 1980, as ideias marxistas influenciaram fortemente a Geografia brasileira. Entretanto, nos anos 2000, muitos são os geógrafos que parecem negar o marxismo. Como esses processos de fortalecimento e enfraquecimento de influências marxistas influenciou os professores do ensino básico?

**PROF. JOÃO RUA:** O marxismo na Geografia foi muito, muito, muito parcialmente empregado. Uma coisa é você pensar a Geografia pelo viés do materialismo histórico e dialético, com base em Marx, em ideias marxianas e de marxistas posteriores. Bom, isso aí aconteceu em algumas universidades nos anos 1980, mas não foi na maioria. Isso é um primeiro ponto. Foi muito limitado o alcance dessa chegada do marxismo à universidade. Foi parcial em termos de universidade e foi parcial dentro dessas universidades. Segunda coisa: a difusão das ideias do marxismo e do instrumental analítico que essas ideias possibilitaram se difundiu, sim, mais na década de 1990 do que na de 1980. Mas se difundiu já num momento de relativismo em que a gente não mergulhou tão cegamente nas ideias de Marx, do marxismo, em um pouco do pensamento marxista, como nos anos 80. Acho que faz parte do processo. Você chega, é novidade, vai, desiste, aí vai para o oposto, depois volta e começa a fazer um resgate. Tem sido isso os últimos trinta anos. E aí mistura muito com ideias mais relativistas, pós-estruturalistas, outros chamam de pós-marxistas, outros não-marxistas. Eu acho que há lugar para tudo. Não no sentido de um ecletismo conciliador, mas num diálogo. Volto a Gramsci, marxista roxo, mas que

dizia: eu só posso discutir com o outro, e só posso negar no discurso do outro, se eu ouvir o outro, se eu ouvir os argumentos desse outro. Para eu contestar o discurso do outro, é preciso conhecê-lo, é preciso ouvir esse outro, os argumentos que ele tem, para depois eu introjetar esse argumento, esse discurso, eu separar aquilo que é chamado de “senso-comum” do bom senso, que às vezes pode existir naquele discurso e que cabe a mim não desperdiçar a priori. Eu acho que isso faz parte de uma composição, essa possibilidade de convívio das várias correntes analíticas. Sejam aquelas ligadas à Teoria Social Crítica, sejam aquelas mais ligadas ao Positivismo, Historicismo, mesmo com matizes variados: podem conduzir, muito bem, até um desdobramento do ensino da Geografia.

Uma coisa é você criticar, e criticar a

sociedade. Tudo bem, pode criticar de maneiras várias. Eu acho que um professor que não se filie a esse núcleo chamado de Teoria Social Crítica também pode ser crítico. Aliás, ele é. E eu vou dizer que ele é o quê? Se a crítica que ele faz é por mais poder no agronegócio, ou por mais poder para sujeitos sociais que são importantes no conjunto da economia brasileira?

Eu acho que essa Teoria Social Crítica tem de ser, antes de mais nada, Teoria Crítica Social. Tentar reverter um pouco isso. Por que eu digo assim? Criticar aquilo que incomode. Mas vai incomodar tão diferentemente os meus alunos, que se eu quero trazer a vida para dentro da sala de aula, olha o risco que eu corro! De fazer a cabeça de uns, o que eu acho que é complicado, e matar a possibilidade criativa de visão crítica realmente construtora de outros... Qual é a





minha saída como professor? Não sei, não tem receita. O bom senso diz se pensar: bom, eu não posso ser inodoro, incolor, insípido, como falava o Gadotti, quando os professores erram, mas também não quero ser um fazedor de cabeças. Como é que eu fico nesse jogo? Criando um clima, não de conflito, mas de debate de ideias na sala de aula. É muito difícil. Agora, se eu não abrir a possibilidade de quem pensa diferente de mim e pensa diferente do outro se expressar, eu estou matando a diferença que eu tenho dentro de sala de aula. E aí estou partindo para um risco muito maior do que a Teoria Social Crítica, que é a homogeneização. A homogeneização do aluno, do pensamento, como pensamento único na sala de aula. Eu acho esse risco tão grande ou maior até do que aquela “geografia da decoreba”.

**GIRAMUNDO:** Depende também de qual será a condução que o professor escolher, não é?

**PROF. JOÃO RUA:** Mas tem de assumir. Isso daí eu acho legal a gente registrar. Eu acho que o professor tem de fazer opções. E ele faz. Quando eu faço um planejamento, as escolhas temáticas, quando eu escolho autores, é de minha responsabilidade. E aí é que eu acho que é o papel da gente. Quando eu falo que sou gramsciano eu já estou me posicionando. A minha escolha é essa. O programa quem faz sou eu. Os autores quem escolhe sou eu. O curso é de minha responsabilidade. Seja no doutorado, mestrado, graduação, no Ensino Médio ou Fundamental. A responsabilidade é minha. Eu não tenho que fugir dessa responsabilidade. Mas isso não significa que eu não possa conviver com a diferença e não possa criar um ambiente de respeito à diferença, onde todas as diferenças caibam dentro da sala de aula. Sejam as políticas, ideológicas, as de gênero, de raça, de credo religioso, todas elas. “Não, filho, ele agora está falando, vamos ouvir. Vamos respeitar? Ele está falando, espera... Tá, tudo bem. Agora fala você. Em que você discorda dele? Vamos tentar...”. É muito difícil segurar os hormônios dessa molecada desse jeito. Mas é preciso pelo menos tentar! Para que ele não

perceba a sala de aula como um lugar em que ele não se veja; que ele veja a sala como um ambiente de respeito à diversidade; e que ele veja a sala de aula como um ambiente de construção de ideias. Não precisa ser consensos, mas que sejam construções de ideias. “Olha, tem isso, mas também pode ser isso”. Cada um vai escolhendo, escolhendo de acordo com sua formação familiar, com a sua formação social.

**GIRAMUNDO:** Você tem se dedicado à discussão sobre sustentabilidade, um tema que possui uma grande centralidade no debate político e econômico contemporâneo. A relevância do tema faz com que ele seja abordado pelas mais diversas ciências. Qual a especificidade da Geografia com relação a esse tema? Qual seria o papel do professor de Geografia nesse debate?

**PROF. JOÃO RUA:** Sustentabilidade é um termo extremamente perigoso. Ele já nasceu perigoso, porque ele veio dar sobrevida a um conceito que já estava falecido, que é o conceito de desenvolvimento, a maneira como se via antes da década de 1990 como sinônimo de crescimento econômico. Quando se começou a falar de desenvolvimento sustentável, embora não tenha sido aí que se criou o termo “sustentabilidade”, deu-se uma sobrevida ao desenvolvimento, agora qualificado de sustentável, sem que a gente tenha ressignificado aquele desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Questionando e mostrando que aquele conceito de “crescimento”, ligado ao progresso e à modernização, é um equívoco da sociedade ocidental moderna que vem se arrastando até hoje.

Essa primeira ideia de que a sustentabilidade, atrelada à ideia de desenvolvimento, é sinônimo de crescimento, já é bastante criticável. A segunda ideia ligada a isso é que quando se fala em desenvolvimento – se falava e continua se falando – se fala de uma perda hegemônica do desenvolvimento, como crescimento econômico, mas à maneira dos países hoje chamados centrais. Esse modelo único de desenvolvimento que perpassa ainda

hoje toda a discussão do desenvolvimento, de sustentabilidade, não admite variantes, então não admite “desenvolvimentos”. Quer dizer: cada sociedade – ou, para nós geógrafos, cada formação econômico-social – deveria ter o seu próprio modelo de desenvolvimento, dadas as suas condições históricas de construção do seu movimento – que é como eu chamo o desenvolvimento – do espaço e o movimento no espaço. Esse espaço desigual, em frações desiguais, cada uma de acordo com as suas subjetividades, de acordo com a ação dos seus sujeitos sociais heterogêneos no nível daquela parcela do espaço, vai dar àquela parcela velocidade determinada dentro desse movimento. É claro que isso implica em relações de poder das parcelas – quer dizer, sujeitos hegemônicos de cada parcela e os hegemonzados de cada parcela, e de uma parcela em relação à outra.

Essas interações que o David Harvey tão bem trabalhou com a ideia de “desenvolvimentos” geograficamente desiguais na esteira dele mesmo quando começou a falar em desenvolvimento geograficamente desigual; do Edward Soja, de 1993; do Neil Smith no “desenvolvimento desigual”. Eu acho que quem melhor trabalhou isso foi o Harvey a partir de 1996 no livro “Justice, Nature and the Geography of Difference”, em que ele elabora pela primeira vez essa ideia dos desenvolvimentos geograficamente desiguais. E a partir daí está colocado para mim a ideia de desenvolvimentos, e não desenvolvimento como padrão único, um modelo único, em direção ao qual todo mundo tinha de ir.

O sustentável também carrega em si uma crítica feroz que a gente tem de fazer. Por quê? A ideia de sustentabilidade veio atrelada à ideia de desenvolvimento, mas também à ideia de preservar nos moldes atuais para o futuro. Quer dizer, não se admite mudança, não se admite questionamento desse modelo atual.

Ainda tem um terceiro caminho de crítica, a ideia de desenvolvimento sustentável, de sustentabilidade, que é o reducionismo com que tem sido tratado o ambiente, ou seja, o ambiente apenas como ambiente natural, e não o ambiente como totalidade, como sistema natural e como

sistema social, como diria Milton Santos. Esses dois sistemas integrados. E aí, o risco que eu vejo para a geografia e para a geografia na escola. O primeiro, na geografia ainda nas universidades, é que a gente não está atento para esses três reducionismos. O do desenvolvimento, o de sustentabilidade e o de ambiente. Se eu escolho trabalhar com “desenvolvimentos” criticando aquele modelo único de desenvolvimento, eu vou ter de trabalhar também com “sustentabilidades” para criticar aquela ideia de sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento como modelo único. Nesse caso eu vou ter de criar uma alternativa – e aí já sou eu que tenho trabalhado nisso. Já tenho alguma coisa escrita sobre sustentabilidades geograficamente desiguais. O que seria sustentabilidade para um grupo de pescadores caiçaras de Paraty, na Costa Verde? O que seria sustentabilidade para um agricultor meeiro ao longo da Rodovia Friburgo-Teresópolis? O que seria sustentabilidade para um agricultor proprietário da terra, com capacidade maior de escolha, no Sul de Minas, por exemplo? O que seria sustentabilidade para um grupo de quilombolas? E o que seria sustentabilidade para um monocultor de soja ligado ao agronegócio? O que seria sustentabilidade para ribeirinhos no Amazonas? Para indígenas? E para humanóides em geral? E a gente, também não tem direito a sustentabilidade? Por que eu cuido do oiti que está apodrecendo ali na Gávea e não cuido do que está acontecendo embaixo do viaduto? Uma pessoa... Que concepção de sustentabilidade é essa, que protege o mico leão dourado, protege a árvore em extinção, e não protege pessoas que também estão em extinção – estão morrendo? Então isso é uma discussão que eu tenho levado, meio timidamente. Demorei a ter eco: uma meia dúzia de anos. Escrevi algumas coisas... Agora estou mais animado porque eu tive uns retornos bons de pessoas que entendem da coisa.

E na escola, eu acho que essa saída é boa. Levar esse tipo de Geografia com a diversidade da ideia de sustentabilidades enraizadas nas distintas geografias de cada grupo social. Não sei o que vocês pensam disso... Isso é “viagem”

minha...

**GIRAMUNDO:** Você fundou e coordenou o Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense, o NEGEF, tendo se dedicado durante anos ao estudo da Geografia do Estado do Rio de Janeiro. Qual a sua opinião acerca da atual situação do território fluminense? Como você analisa a inserção desse tema no currículo escolar?

**PROF. JOÃO RUA:** Acho que é essencial o estado do Rio de Janeiro como temática fundante da Geografia na escola. Desde a mais tenra idade até o final da escola. Não seguindo aquela coisa dos círculos concêntricos – “primeiro a família, depois a cidade, depois o Estado...”. Porque a criança vive multiescalarmente, atravessa todas essas dimensões no viver cotidiano dela. Na escola elas só verão o Rio de Janeiro quando estiverem no 4º ano, 5º ano. Tem de estar desde sempre, Rio de Janeiro e mundo. “O que é a Europa?” “Meu filho, fica calmo porque eu estou estudando Rio de Janeiro contigo...”. Não pode ser assim.

Essa vivência do estado do Rio de Janeiro para mim é crucial na construção da identidade no próprio indivíduo adulto, como foi para mim quando eu estudei, quando era Distrito Federal, depois passou a Estado da Guanabara – eu não sei por que passou a Estado da Guanabara, mas no mapa correspondia a uma coisa que eu não via. Depois, quando eu comecei a ser professor, eu ensinei geografia da Guanabara – Estado do Rio nem existia, eu nem sabia que do lado de lá do Rio Meriti era outra coisa. Eu tinha que dar a geografia da Guanabara: Maciço da Tijuca, Maciço da Pedra Branca, do Gericinó-Mendanha... Em 1975, com a fusão, nem eu tinha construído em mim essa identidade territorial do novo estado do Rio, imagina o trabalho que eu tive para facilitar a construção dessa nova identidade em meninos que tinham vindo do primário – chamava-se na época – estudando Guanabara e estudando o estado do Rio da mesma forma que o Amazonas, Pará, Pernambuco... Era tão distante quanto. E agora eu tinha que dizer para ele: “Não meu filho, juntou tudo, é a mesma coisa”. Ninguém se via

naquele desenho novo do mapa. E o mapa – gente, olha, não tem nada a ver com essa pergunta, mas... O mapa é um instrumento fundamental na construção da identidade territorial de alguém. No Brasil, não sei se vocês trabalham com isso ou trabalharam, eu nunca encontrei alunos meus que soubessem quais eram os símbolos nacionais. Sabiam o hino e a bandeira, mas o escudo ninguém conhecia. Agora o mapa, aquele mapa do jornaleiro, todas as crianças sabiam que aquele era o mapa do Brasil. Ele é muito mais forte como símbolo do que o escudo nacional que ninguém conhece. Para essa força, que a gente ainda não explorou, não nesse sentido xenófobo, como a Doreen Massey chama, de pertencimento – “Eu sou, você não é... Eu sou brasileiro, você não é” – Não. Mas de identificação. “Eu pertenço a aqui”. “Isto me pertence”. Mas isto está interconectado. Pertencimento aberto e interconectado. Que é sempre diferente. Um haitiano que entra na minha sala de aula. Um africano, um angolano, como acontece muito na Maré, por exemplo... É importante essa construção.

No estado do Rio é a mesma coisa, e houve uma rejeição desde o início. Nem os cariocas se viam muito naquele desenho, e nem os fluminenses, do interior, se viam no novo desenho. Até hoje ainda há algumas resistências. Não é uma coisa fácil de lidar. Mas é interessante, se a gente partir da ideia de que a cidade do Rio de Janeiro – seja como Distrito Federal, como estado da Guanabara ou como município do Rio de Janeiro, capital do estado do Rio – sempre foi uma capital nacional muito voltada para o Brasil. Hoje em dia, o que restou dessa nacionalidade, digamos assim, dessa difusão nacional do Rio de Janeiro? E hoje é estado do Rio, e a gente tem muito mais ligações com Minas Gerais, com São Paulo do que com o interior do estado do Rio, com Campos, por exemplo, tirando Petrópolis, Teresópolis ou regiões de veraneio, como Cabo Frio. O resto está muito mais distante. A gente passava pelas estradas, via, mas aquilo era uma coisa longe. Era um próximo distante, não geograficamente, mas distante mentalmente, economicamente, politicamente.

O que a gente pode dizer hoje do estado do Rio, e que costure, de alguma maneira, essa fusão que eu defendo? Eu escrevi um texto, até publicado na Alemanha (estou com vontade de publicar aqui também...), em que... a ideia era assim: “duas histórias distintas e um só coração” ou, como eu estou reescrevendo agora, “a geografia reunindo o que a história separou”. Eu acho que essa ideia é bem sintetizadora do que eu penso.

A Geografia está unificando aquilo que a História separou. O que a Geografia está unificando? Primeiro, porque na lógica neoliberal do capitalismo predomina uma lógica descentralizadora, desconcentradora. Não mais aquela lógica concentradora das grandes cidades, megalópoles, grandes metrópoles como na Era do fordismo até vinte anos atrás. Mas essa desconcentração espacial, os economistas falam em deseconomias de aglomeração, outros falam em custos elevados de permanência na área metropolitana, outros falam de legislação mais restritiva nas áreas próximas à metrópole, em torno da metrópole. O fato é que tantos investimentos significam implantes geográficos – nos meus trabalhos eu chamo de “urbanidades”, no plural –, no âmbito do próprio deslocamento das pessoas, vão criando fusão espacial que a história ainda não acompanhou. Ainda não se escreveu essa história tecendo essa fusão, a fusão que a Geografia vem promovendo. Uma geografia que faz com que a cidade do Rio de Janeiro tenha se derramado para o interior fluminense, e sob a forma de eixos, que na maioria das vezes seguem até o modelado geomorfológico, se espraiem como influências diretas da metrópole no território fluminense. Mas eu não quero que isso passe como uma ideia otimista dessa interiorização e principalmente passe por uma ideia em que essa interiorização leva progresso da metrópole para o interior. A gente sabe também, primeiro, que isso é uma lógica de desconcentração que o capitalismo impõe e que independe da vontade dos cariocas e da cidade do Rio de Janeiro em busca de vantagens competitivas, praticando aquilo que o Henri Acselrad chama de “chantagem

locacional” – eu acho um termo felicíssimo – em que as coisas vão se localizando no interior com forças muito assimétricas entre o que chega e o que está. E o segundo motivo para frear essa visão otimista de que o Rio de Janeiro está com uma inflexão positiva é que grande parte disso, a maior parte do que se chama de interiorização do crescimento do estado do Rio de Janeiro é relacionado ao petróleo, que é do interior.

Quem é que está pagando a conta dessa chamada inflexão positiva do Estado do Rio de Janeiro? Não é a cidade do Rio de Janeiro, a capital. É o petróleo da Região Norte. Vamos colocar isso bem claro. Eu acho que é necessário a gente levar essa discussão para a escola, que é fácil a criança entender, se o petróleo está lá, mas a concentração de riqueza, de população e de recursos está aqui, tem alguma coisa errada. Essa drenagem de recurso é uma linguagem facilmente entendida pelos alunos, quando a gente fala da deslocalização de empresas ou localização de novas empresas no interior. Que papel uma grande empresa transnacional vai ter diante de uma prefeitura num poder local muito frágil? Que tipo de barganha a localização dessa megaempresa vai impor àquela prefeitura? Que poderes assimétricos são esses que definem a logística de deslocalização, mas também definem as contradições espaciais? – Não vou falar socioespaciais porque é redundante. O espaço aí na sua multidimensionalidade e multiescalaridade – de cada uma dessas localizações. Eu vejo uma riqueza infinita. E aí é que eu vejo a Geografia como ciência importante, porque essas desigualdades são sempre produzidas cotidianamente, o que alimenta a geografia naquilo que talvez seja seu esqueleto ao longo da história do pensamento geográfico: essa diferenciação de áreas. “Porque é assim aqui, e ali é diferente?” Essa diferença espacial transformada em desigualdade pelo jogo de poder entre essas parcelas desiguais do espaço.

**GIRAMUNDO:** E sobre os rumos da Geografia Brasileira, você identifica uma linha propriamente brasileira de ciência geográfica, ou ela teria se

dissolvido antes mesmo de se consolidar em meio à complexidade e à crescente internacionalização dos saberes?

**PROF. JOÃO RUA:** Há dois anos eu estava lá em Barcelona, num congresso organizado pelo Professor Horácio Capel, e nós estávamos conversando e, em parte, dizendo que a Geografia Brasileira é reconhecida como, senão a melhor do mundo, pelo menos uma das melhores. Aí eu perguntei para ele: “Horácio, o que é a Geografia Brasileira?” Em um país do tamanho do Brasil é possível falar em Geografia Brasileira? Pensando o quê? Padrão USP? E também qual é o padrão USP? De quando? Padrão UFRJ? Padrão UFF? Padrão UERJ? De quando? Então ele está se referindo a quê? Isso sem falar em termos regionais... Tem muita coisa que é produzida e a gente nem sabe... Não sei. Qual é a Geografia Brasileira? Os rumos da Geografia Brasileira?... Sinceramente, eu acho que é meio uma ilusão de ótica. Não sei se tem rumo, a Geografia.

**GIRAMUNDO:** O IBGE não teria tido algum papel nisso?

**PROF. JOÃO RUA:** Mas o IBGE não foi nacional. Ele foi nacional na Estatística, nos levantamentos que ele fazia. Na Geografia, se fizer um levantamento das publicações do IBGE, pouca coisa a gente tem o que falar.

**GIRAMUNDO:** Talvez a USP...

**PROF. JOÃO RUA:** Não. Era mais, assim, do Nordeste era Manoel Correia de Andrade... Em São Paulo tem alguma coisa do Aziz Ab' Saber... Alguma coisa a mais... Era basicamente daqui. Eu não sei se eu falaria do IBGE como Geografia Brasileira.

**GIRAMUNDO:** Mas uma referência não seria, por exemplo, o Orlando (Valverde)?

**PROF. JOÃO RUA:** Sim, o Orlando. Se eu pensar em três, que fossem assim, três básicos da Geografia

Brasileira, eu pensaria Orlando, Manoel Correia de Andrade e Aziz. Seriam os três. Na sociologia é Weber, Durkheim e Marx para a gente seguir. O Orlando, Manoel Correia e o Aziz. Aí você já tem: Manoel Correia, Nordeste. Orlando, IBGE. Aziz, USP. Tá, e o resto? Não sei, não sei...

Rumos? Acho difícil a gente falar. Internacionalização do conhecimento, acho fácil a gente falar. Mas tratar disso é bem trabalhoso.

A gente tem essas bases da Geografia Brasileira, seriam esses três, por assim dizer, e muitos outros, nos quais esses três podem ser desdobrados, ou como contemporâneos, ou mesmo como seguidores. Há dezenas, centenas de grandes nomes da Geografia Brasileira. Que, se é isso, se a produção de geógrafos brasileiros pode ser chamada de Geografia Brasileira, aí eu acredito que sim, que há uma Geografia Brasileira, produto do trabalho dos geógrafos brasileiros, mas muito heterogênea nas suas bases teóricas, conceituais, epistemológicas... Eu penso que a Geografia Brasileira é muito permeável à internacionalização. Não, que eu defenda, num chauvinismo nacionalista, os geógrafos brasileiros... A gente redescobre a roda muitas vezes. Precisam ler franceses, anglo-saxões. Eles têm mais recursos que nós, eles escrevem muito mais que nós..., muito mais publicações do que nós, produzem muito mais que nós, mas dão muito menos aula do que nós, fisicamente trabalham muito menos do que nós, se desgastam menos... Não estou tirando o mérito deles nem nosso. São constatações de sociedades que valorizam mais ou menos a ciência geográfica. Ela é muito valorizada na Inglaterra, na Grã-Bretanha. É valorizada nos Estados Unidos e em alguns lugares da França. Bastante na Alemanha, ainda. Aqui no Brasil ela é valorizada nas universidades, no IBGE, e, por fora disso, praticamente nada.

Bom, o que a gente pode dizer sobre essa internacionalização? Ela é salutar, eu acho. Acho absolutamente imprescindível a gente ter importado, via USP, fundamentalmente, o conhecimento da obra de Lefebvre. Absolutamente imprescindível termos importado, por exemplo, a obra do Harvey, do Soja e do Smith. E acho

absolutamente indispensável a gente ter importado algumas coisas da obra do Capel, da Espanha, e, por exemplo, do Jacques Levy e do Paul Claval da França... Tem italianos, tem alemães, tem outros. A Doreen Massey mesmo, da Inglaterra, entrou pouco. Então acho que foi muito salutar isso. Mas eu acho que a gente tem sido bom “Macunaíma” na absorção dessa influência externa. A gente ainda não perdeu as raízes da brasilidade na geografia. O que seriam as raízes da brasilidade? A gente está preocupado com problemas que são nossos. Problemas sociais brasileiros, que os outros não têm mais, ou estão distante deles há muito tempo.

Dou outro exemplo: é impossível a gente não levar em consideração aqui o conceito de território, por conta das lutas, da geração de poder, das lutas políticas, que ainda se fazem necessárias diante de tantas injustiças sociais materializadas no espaço dentro do Brasil. Isso não é tão importante na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, dentro da Europa em geral. Talvez lá os conceitos de espaço e de lugar deem conta. E nós aqui ainda exigimos um conceito particular, ou seja, o território. Quem fala muito bem disso é o Rogério Haesbaert, que faz bem essa contextualização. Eu não sei se, por exemplo, o conceito de paisagem para nós tem o mesmo peso que para os países anglo-saxônicos ou para os franceses. Eles conseguiram construir um conceito de paisagem descolado da ideia de paisagem natural, que marcou a nossa concepção de paisagem aqui por muitas décadas. Eu acho que é mais pela discussão teórica do que a gente prioriza mais como conceitos, aqui e no exterior, em outras matrizes de literatura geográfica, que talvez a gente possa pensar nessa relação entre a internacionalização e a brasilidade mantida na produção dos geógrafos no Brasil.

**GIRAMUNDO:** Gostaria de acrescentar algo para finalizar, especialmente para os jovens estudantes e professores?

**PROF. JOÃO RUA:** Primeiro, que eu me considero um jovem professor. Não na idade, mas na aprendizagem. A gente sempre aprende, todo dia.

É necessário que a gente rompa essas

barreiras da titulação, da capacitação docente. Que isso não nos impeça de sermos permeáveis a trocas com os alunos de Ensino Fundamental, Médio, superior ou pós-superior. Aluno é aluno. Ele sempre tem de ser considerado como aquele com quem eu estabeleço um diálogo. Esse “outro”, essa minha alteridade... Octavio Paz, que é um poeta mexicano fantástico, tinha uma poesia que dizia assim:

*“Para que pueda ser he de ser otro,  
salir de mí, buscarme entre los otros,  
los otros que no son si yo no existo,  
los otros que me dan plena existencia”.*

Eu tenho que ser de mim mesmo e ser para os alunos, que me legitimam, que me dão sentido à existência. Eu não sou professor para paredes. Sou professor para alunos.

Esse jogo entre alteridades em diálogo é um desafio eterno para nós. A toda hora vêm coisas inesperadas, significando uma aposta permanente no escuro. Eu nunca sei como vou encontrar meus alunos. De qualquer nível! Mas será que eles sabem como vão me encontrar? Se eu dormi mal... Se eu vou descarregar neles tensões que eu tenho...

Também, no caso de a gente perguntar a eles, será que eles têm alguma expectativa, da mesma maneira que a gente tem com relação a eles? Eu estou falando de aluno de mestrado e doutorado, que é a minha experiência mais recente, embora eu tenha também de graduação. De aluno de Ensino Fundamental e Médio há muito tempo que eu só ouço falar...

Mas eu penso que a mensagem que eu deixaria é a gente ser permeável a esse jogo de permanente juventude, que nos renova, que é esse desafio, que eu não devo ver como combate. Eu não vou me preparar para uma sala de aula como um combate. Eu tenho de ter prazer nisso.

Aí eu retorno à minha posição gramsciana: eu tenho de ter um projeto, que infelizmente, na atualidade, não pode ser econômico, porque os salários são sempre muito baixos. Político também não: está cada vez mais difícil a gente

ter um projeto político pedagógico para pôr em prática. Era muito fácil durante a ditadura, pois você tinha um antagonismo presente, onipresente. Hoje é muito mais difícil você sensibilizar alunos para questões políticas que principalmente vão envolver o consumo. E é por aí que eu posso ir. Se eu não consigo mais chegar a eles pela produção, pelo jogo da produção, que cada vez é mais distante, é menos produtor nas famílias..., se eu não tiver mais emprego produtivo ligado à fábrica, ao fazer... Se essa realidade está cada vez mais longe, eu posso chegar ao aluno pelo consumo, porque essa máquina nos transforma, a todos, em consumidores, em vez de produtores (ou potenciais, ou efetivamente, como éramos tratados anteriormente). Talvez seja isso um “gancho” para a gente trabalhar. Como é que ele, o aluno, pode se ver como consumidor não manipulado?

Eu acho que a Geografia pode fazer isso. A gente tem de fugir do discurso generalista, jornalístico, que tira a ciência geográfica da sala de aula. Eu tenho instrumentais analíticos com os quais eu devo trabalhar, e que me alicerçam cientificamente no meu trabalho de professor de Ensino Fundamental e Médio, para trabalhar temas que são da Geografia – não exclusivamente

dela, mas são da Geografia.

Por que eu não posso trabalhar Geografia Física pelo viés do consumo da natureza e chegar até a Geomorfologia? Por que eu não posso trabalhar a Geografia Econômica, de Produção, Agrária, pelo consumo de produtos, como a gente fazia antigamente? Levar marcas... Era uma técnica didática muito usada, mas que hoje em dia não é tão mais naquele estilo. É mais no estilo de a gente ver o que consome, e não ver apenas de onde vem, ver o que está atrás daquela produção e ver quem está me induzindo àquele consumo. O que eu vou consumir? Laranja bahia americana, vendida na rede “Hortifruti” e nos supermercados “Zona Sul”, enquanto a gente exporta laranja para os Estados Unidos? Qual é a lógica disso?

Eu percebo que há um caminho interessante. A gente explorar mais o consumo da natureza, o consumo dos produtos, consumo da imagem, consumo da paisagem, consumo dos objetos geográficos. A refuncionalização dos objetos geográficos, dando a eles novas funções ligadas ao consumo.



### **REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: EQUIPE GIRAMUNDO**

Carolina Lima Vilela (Prof. do Colégio Pedro II – Campus Humaitá II)

Demian Garcia Castro (Prof. do Colégio Pedro II – Campus Realengo II)

Márcio Ferreira Nery Corrêa (Prof. do Colégio Pedro II – Campus Tijuca II)

Pedro Paulo Biazzo (Prof. do Colégio Pedro II – Campus Centro)

### **TRANSCRIÇÃO**

Márcio Ferreira Nery Corrêa (Prof. do Colégio Pedro II – Campus Tijuca II)